



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO N. ....../2013**

**(Dos Senhores Assis do Couto e Giacobbo)**

Requer, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Exmo. Senhor Ministro de Estado, Edison Lobão.

**Exmo. Senhor Presidente,**

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50, *caput*, e 58, §2º, ambos da Constituição Federal e, na forma dos artigos 32, XI, 'b', e 219, I e §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja promovida a convocação do Exmo. Senhor Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para que preste ele esclarecimentos a respeito das medidas adotadas pela pasta no que diz respeito ao processo de justa indenização aos agricultores atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, no sudoeste do Paraná.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em 20 de agosto de 2012 o Ministério de Minas e Energia e a empresa Neoenergia assinaram Contrato de Concessão da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, no sudoeste do Paraná, com capacidade instalada de 350,2 MW (megawatts).

Promovidas medidas para o início das obras, verificaram-se entraves no que diz respeito ao valor da justa indenização a ser paga no processo de desapropriação dos imóveis dos agricultores atingidos pela obra.

Em vista disso, promoveram-se ações junto à Casa Civil, ao Ministério do Planejamento, à Secretaria-Geral da Presidência da República, e ao Ministério de Minas e Energia, todas com o



propósito de que fosse instalada uma mesa de negociação composta pelo governo, a empresa concessionária, e os proprietários de terras.

A despeito disso a medida não foi implementada, persistindo uma situação insustentável, conforme retratam trechos de matérias a seguir descritas:

Jornal de Beltrão, 21.11.2013 - **Agricultores atingidos pela Usina Baixo Iguaçu levam reivindicações ao governo.** "De acordo com o MAB, obras começaram em agosto de 2013 e já acumulam casos 'explícitos' de violação contra os direitos humanos, envolvendo hoje mais de mil famílias. O consórcio responsável pelas obras até agora não disponibilizou áreas para reassentamento das pessoas atingidas. Ao lado disso, as empresas retiraram famílias sem negociação prévia e justa, de forma isolada, que viviam há décadas no local da construção da usina. Há casos de perda de rebanho e prejuízo na produção".

Portal G1, 20.11.2013 - **Atingidos pela Usina do Baixo Iguaçu protestam em frente à sede da Copel.** "Grupo de 200 pessoas iniciou protesto por volta das 8h desta quarta (20). Eles exigem revisão das indenizações e definição sobre reassentamentos. [...] Além do preço oferecido pelas terras, que segundo os agricultores é um terço do valor que deveriam receber, outro problema está no número de propriedades atingidas. Enquanto o consórcio aponta cerca de 360 famílias, os manifestantes defendem que o número se aproxima de mil.

Jornal de Beltrão, 28.11.2013 - **Usina Baixo Iguaçu: Novo caderno de preços não agrada proprietários das terras.** "Para o produtor Alaércio Sartori, um dos proprietários atingidos e também membro da comissão, os valores continuam muito abaixo da realidade de mercado da região. "Os agricultores ainda não estão satisfeitos com os preços. Desta vez, a empresa fez um novo levantamento e apresentou um caderno com oito classificações de terreno e cinco tipos de valores. Por fim, ficou confuso e os proprietários não conseguem entender como vai ficar o preço de suas terras", alegou. Na propriedade de Alaércio, 25 dos 40 alqueires serão alagados, ou seja, mais de 60% de sua propriedade. Ele relata ainda que a maioria dos proprietários reside naquelas terras há mais de 50 anos e não gostaria de deixar o local. "Ninguém quer sair das terras, são agricultores familiares, com propriedades pequenas. Como os valores ainda são baixos, vai ser difícil para quem sair conseguir se realocar, pois terão dificuldade em adquirir outra área de terra com estes recursos", pontuou. O caderno de valores, conforme Alaércio, apresenta preços a partir de R\$ 19.500 por alqueire, podendo chegar a R\$ 132 mil, dependendo do relevo e vegetação. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capitão Leônidas Marques, Cláudio Zeni, também acompanhou a reunião e concorda que a conversa não teve muitos avanços. "Ainda está muito abaixo do esperado, não estão levando em conta a realidade de preços da região. Agora, a



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

comissão irá se reunir e definir uma contraproposta, que deverá ser apresentada à empresa nas próximas semanas", relatou.

Promovida manifestação a respeito do assunto por parte do Dep. Assis do Couto na reunião deliberativa ordinária da Comissão de Agricultura de 27 de novembro de 2013, o Ministério de Minas e Energia encaminhou resposta ao expediente protocolado em 15 de julho de 2013. Contudo, as informações nela contidas não atendem ao que foi pleiteado.

Persistindo, portanto, a necessidade de atuação do Ministério de Minas e Energia, contamos com a colaboração dos nobres pares para a aprovação da presente convocação.

Sala da Comissão,            de dezembro de 2013.

**Dep. Assis do Couto**

**PT/PR**

**Dep. Giacobbo**

**PR/PR**